

PARQUES INFANTIS DE MÁRIO DE ANDRADE

*Elizabeth Abdanur**

Mário de Andrade nos deixou obra de singular grandeza, como escritor, poeta, etnógrafo, crítico de música, de literatura, de artes plásticas etc. Entre tanta coisa que realizou e tantos projetos que ainda ficaram por realizar, sabemos que houve um desenvolvido no Departamento Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo, entre os anos de 1935 e 1938. Mário de Andrade, além de autor do projeto de criação desse Departamento, foi também seu primeiro diretor, dedicando a ele três anos e meio de intenso trabalho. Esta é, sem dúvida, razão suficiente para que voltemos um pouco de nossa atenção para o Departamento Municipal de Cultura da cidade de São Paulo nos anos em que esteve sob a direção de Mário de Andrade. Muitos de seus preceitos para o desenvolvimento da "cultura brasileira" — uma de suas grandes preocupações — ficaram ali caracterizados de maneira substantiva.

Na trajetória de Mário de Andrade, os trabalhos no Departamento de Cultura coincidem com o projeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) realizado por ele e Rodrigo Melo Franco de Andrade sob encomenda do então Ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema. Naquele momento de sua vida, Mário de Andrade se dizia profundamente preocupado em dar maior "funcionalidade prática" à sua arte. Nesse sentido, é provável que o Departamento de Cultura e o SPHAN tenham contribuído em grande parte para a avaliação que o artista faz de sua obra anos depois:

"Não tenho a mínima reserva em afirmar que toda a minha obra representa uma dedicação feliz a problemas do meu tempo e minha terra. Ajudei coisas, maquinei coisas, fiz coisas, muita coisa!

* Professora na UNICAMP

"Abandonei, traição consciente, a ficção em favor de um homem-de-estudo que fundamentalmente não sou. Mas é que eu decidira impregnar tudo quanto fazia de um valor utilitário, um valor prático de vida, que fosse alguma coisa mais terrestre que ficção, prazer estético, a beleza divina." (1)

Essas foram as razões que levaram Mário de Andrade à Prefeitura de São Paulo, o entendimento de que deveria se dedicar aos "problemas de seu tempo" e conferir à sua arte um "valor utilitário". E entre os problemas de sua época, enfatizou o desprezo à cultura, especialmente o descuido para com a educação do povo. Sem condenar ou mesmo questionar o elitismo na cultura e na educação, a enorme desigualdade de condições entre "elite" e "povo" no acesso aos bens culturais era para ele inaceitável. E Mário atribuiu aos governos a responsabilidade pela elevação cultural do povo. São afirmações que encontramos na carta ao amigo Paulo Duarte, escrita no momento em que o Departamento de Cultura e o SPHAN eram suas maiores preocupações:

"Num país como o nosso, em que a cultura infelizmente ainda não é uma necessidade quotidiana de ser, está se aguçando com violência dolorosa o contraste entre uma pequena elite que realmente se cultiva e um povo abichornado em seu rude corpo. Há que forçar um maior entendimento mútuo, um maior nivelamento geral de cultura que, sem destruir a elite, a torne mais acessível a todos, e em consequência lhe dê uma validade verdadeiramente funcional. Está claro, pois, que o nivelamento não poderá consistir em cortar o tope ensolarado das elites, mas em provocar com atividade o erguimento das partes que estão na sobra, pondo-as em condição de receber mais luz. Tarefa que compete aos governos." (2)

Mas a convicção de Mário de Andrade de que naquele momento deveria sacrificar a ficção por algo mais "útil" à vida de todos não impediu que o envolvimento com o Departamento de Cultura fosse vivenciado por ele em meio a grandes conflitos pessoais. Mário se entregou de maneira profunda ao trabalho, sem no entanto estar muito certo de que teria feito a melhor escolha. É provável que suas dificuldades em lidar com o mundo da política conferissem a seus conflitos uma dimensão maior. Logo que iniciou os trabalhos no Departamento de Cultura, Mário escreveu a Murilo Miranda contando o impasse em que vivia:

1 ANDRADE, Mário de. O Movimento Modernista. In: *Aspectos da literatura brasileira*. 5 ed. São Paulo, Martins, 1974. p. 252 e 254.

2 Idem. Carta a Paulo Duarte, São Paulo, 1937. In: DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. 2 ed. São Paulo, Hucitec/Prefeitura de São Paulo, 1985. p. 150-1.

"Não faço projetos, deixei o que tinha comigo pra mais tarde (ou quem sabe nunca?...), estou cheio, trabalhando com paixão, com violenta paixão, nesta primeira vida minha em que tomo contato burocrático com o povo e com a vida. Não recuso que a burocracia e este contato novo são horríveis, e experiências ferozes pra mim, mas é a vida!(...) Positivamente não estou alegre, e é certo que ainda não reachei a minha felicidade perdida neste posto novo. Se não conseguir reencontrá-la no cargo, deixo o cargo" (3).

Mas não deixou. Mário de Andrade permaneceu no cargo até que as mudanças na Prefeitura de São Paulo, após o golpe do Estado Novo tornassem impossível sua sustentação como diretor do Departamento de Cultura. Porque, mesmo com todos os conflitos que viveu a partir do momento em que aceitou um cargo público como aquele, fez dos primeiros anos de existência do Departamento de Cultura o tempo em que a Prefeitura de São Paulo pôde realizar um extenso e complexo programa de ação cultural para a cidade.

A preocupação de Mário de Andrade em se tornar um artista mais útil socialmente não foi uma preocupação isolada naquele momento. Nos anos trinta, o engajamento de intelectuais em programas do governo foi intenso em todo o país. Em São Paulo a situação não era diferente, mas também teve suas peculiaridades.

As elites paulistas, principalmente os grupos organizados em torno do Partido Democrático, vinham desde os anos vinte elegendo a educação e a cultura como os alicerces de uma ordem social estável. Esta estratégia política marcou o governo de Armando de Salles Oliveira nos anos trinta. Salles Oliveira foi indicado por Getúlio Vargas para interventor federal em São Paulo em agosto de 1933. A escolha resultou do novo arranjo das relações entre São Paulo e o governo federal depois da derrota do movimento de 1932, quando as elites paulistas, com apoio da população, procuraram derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas para devolver a São Paulo o comando do país.

A criação do Departamento Municipal de Cultura é um dos desdobramentos do projeto político do governo de Armando de Salles Oliveira, cuja expressão máxima foi a criação da Universidade de São Paulo em janeiro de 1934. Já em maio de 1933, as elites paulistas se uniram em torno de um projeto cultural então idealizado como principal estratégia política e fundaram a Escola Livre de Sociologia e Política. À Escola caberia formar os técnicos e administradores públicos para o aperfeiçoamento do governo paulista. À nova Universidade caberia formar as "elites intelectuais" — para usar as palavras do jorna-

3 Carta de Mário de Andrade a Murilo Miranda, São Paulo, 6 de julho de 1935. In: ANDRADE, Mário de. *Cartas a Murilo Miranda (1934-1945)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981. p. 18.

lista Júlio de Mesquita Filho — encarregadas de organizar o sistema educacional e orientar as elites dirigentes (4). Ao Departamento Municipal de Cultura caberia basicamente promover o aprimoramento cultural do povo. Assim, as funções das três instituições se complementariam para o alcance do objetivo maior das elites paulistas. Para elas, a questão fundamental era recuperar a força e o prestígio político de São Paulo através da constituição de um governo capaz de controlar com maior eficiência os problemas sociais e ao mesmo tempo combater o comunismo.

Armando de Salles Oliveira nomeou prefeito de São Paulo o engenheiro industrial Fábio da Silva Prado, com quem mantinha relações políticas há alguns anos. Fábio Prado tomou posse em setembro de 1934. Levou com ele, para a Prefeitura de São Paulo, o jornalista Paulo Duarte como chefe de gabinete. Paulo Duarte fora um dos fundadores do Partido Democrático de São Paulo em 1926, e redator-chefe do *Diário Nacional*. Na Prefeitura, tornou-se o responsável pela reforma administrativa implementada por Fábio Prado que incluiu, entre várias mudanças, a criação de um novo Departamento Municipal, o Departamento de Cultura.

Nos anos vinte, o Partido Democrático havia criado a convivência entre políticos e alguns jovens artistas e intelectuais ligados ao movimento modernista do início da década. Naquele momento, Paulo Duarte se aproximara de Mário de Andrade, Sérgio Milliet e Rubens Borba de Moraes. Quando foi para a Prefeitura de São Paulo, pediu a Mário que elaborasse o projeto do Departamento de Cultura, sugerido por ele próprio ao Prefeito Fábio Prado. No dia 30 de maio de 1935, o *Diário Oficial* publicou o Ato nº 861 do Prefeito de São Paulo criando o Departamento Municipal de Cultura e de Recreação, assim chamado inicialmente. No dia seguinte, Mário de Andrade foi nomeado diretor e chefe da Divisão de Expansão Cultural do novo Departamento que teria por finalidades gerais:

" — estimular e desenvolver todas as iniciativas destinadas a favorecer o movimento educacional, artístico e cultural;

— (...) cooperar em um conjunto sistemático de medidas, para o desenvolvimento da arte dramática, (...) da música, do canto, do teatro e do cinema;

— pôr ao alcance de todos, pelos serviços de uma estação rádio-difusora, palestras e cursos populares de organização literária ou científica, (...) tudo o que possa contribuir para o aperfeiçoamento e extensão da cultura;

4 Sobre a USP, ver CARDOSO, Irene. *A Universidade da comunhão paulista*. São Paulo, Autores Associados/Editora Cortez, 1982.

- criar e organizar bibliotecas públicas (...) para a difusão da cultura em todas as camadas da população;
- organizar (...) parques infantis, campos de atletismo, piscina e o estádio da cidade (...);
- recolher, colecionar, restaurar e publicar documentos antigos, material e dados históricos e sociais, que facilitem as pesquisas e estudos sobre a história da cidade de São Paulo(...)." (5)

A Biblioteca, o Arquivo e o Teatro Municipal, existentes em São Paulo antes da criação do Departamento de Cultura, foram a ele incorporados e serviram de ponto de partida para a concretização dos objetivos anunciados na legislação. Rubens Borba de Moraes, então chefe da Divisão de Bibliotecas, trouxe para São Paulo a novidade da biblioteca circulante, um caminhão carregado de livros que estacionava em praças ou jardins da cidade possibilitando a quem ali estivesse algumas horas de leitura ao ar livre. Os planos incluíam também a criação das bibliotecas de bairro e até bibliotecas de fábricas. Borba de Moraes promoveu uma política voltada para a aquisição de coleções importantes e a atualização do acervo da Biblioteca Municipal, além da modernização dos serviços bibliotecários através da organização do primeiro curso de Biblioteconomia do país.

No Arquivo Municipal, Sérgio Milliet organizou programas de pesquisas sociais sobre a cidade; investiu na organização e recuperação dos documentos históricos ali preservados e transformou a tímida *Revista do Arquivo Municipal* em uma das principais publicações brasileiras na área de Ciências Humanas. Ali colaboraram, com artigos, Claude e Dina Lévi-Strauss, Pierre Monbeig, Artur Ramos, Plínio Airoso e vários outros intelectuais representativos da época.

Na Divisão de Expansão Cultural, Mário de Andrade criou a Discoteca Pública Municipal, organizou um curso de Etnografia, promoveu concertos semanais gratuitos no Teatro Municipal, criou a Orquestra Municipal, o Coral Paulistano, o Coral Popular, um trio, um quarteto, promoveu o Congresso da Língua Nacional Cantada e a Missão de Pesquisas Folclóricas. A Missão foi seu último projeto no Departamento de Cultura. Podemos dizer que valeu como uma espécie de continuação das atividades do "Turista Aprendiz", agora imbuídas de caráter oficial e científico. Os pesquisadores integrantes da Missão passaram alguns meses no Nordeste documentando, através de filmes, fotografias, gravação de discos etc., grande número de manifestações artísticas e culturais populares.

5 *Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de São Paulo, ano de 1935.*

Os parques infantis do Departamento de Cultura constituíram um dos programas da Prefeitura de São Paulo em que a presença de Mário de Andrade foi mais marcante, apesar da criação deles ter antecedido o próprio Departamento de Cultura. Como o Arquivo, a Biblioteca e o Teatro Municipal, o Serviço Municipal de Jogos e Recreio, responsável pelo programa de parques infantis, também foi incorporado ao Departamento de Cultura no momento em que este foi instituído.

Os parques infantis da Prefeitura de São Paulo foram destinados à recreação das crianças pobres da cidade, especialmente os filhos de operários. O primeiro a ser instalado foi o Parque Infantil Pedro II. Em seguida surgiram o Parque Infantil da Lapa e o do Ipiranga. Posteriormente, e por último, instalou-se o Parque Infantil de Santo Amaro. Até 1938, ano da saída de Mário de Andrade do Departamento de Cultura, estes foram os únicos em funcionamento na cidade. Muitos outros porém já estavam projetados. Seriam instalados "todos em bairro de trabalho ou de pobreza, imediações de escolas ou fábricas, enfim onde pudesse ser mais útil socialmente" (6). Além da recreação orientada por educadores, essas crianças recebiam nos parques assistência médica e dentária, educação sanitária e higiene, roupas e alimentação. O espaço físico dos parques foi assim descrito por Nicanor Miranda, o responsável pela Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura:

"Cada parque possui, no mínimo, um campo gramado, um abrigo-mor, com salas de instrutores, sala de médico, chuveiros, instalações sanitárias, além de dois galpões laterais ao abrigo-mor. Várias espécies de aparelhos tais como balanços, gangorras, passos gigantes, carrocéis, deslizadores, toros de equilíbrio e outros estão distribuídos pelo campo, além de um tanque de vadiar e tableiros de areia." (7)

A frequência aos parques era aberta em qualquer dia a qualquer criança. O preenchimento da ficha de inscrição da criança num dos parques da cidade também não era obrigatória, era uma opção dos pais que desejassem um registro do desenvolvimento do filho quanto a altura, peso, doenças etc. Dados relativos ao número de crianças que frequentavam os parques de São Paulo mostram que cada parque recebia diariamente entre 300 e 400 crianças. Ali, brincavam, faziam ginástica, participavam de jogos e torneios, desenhavam, liam e aprendiam vários tipos de artesanato. O cotidiano dos parques era bastante diferente do cotidiano escolar. Neles, as crianças encontravam uma estrutura menos rígida, onde elas próprias organizavam suas atividades:

6 DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. Op. cit. p. 82.

7 *Voz de Portugal*. Rio de Janeiro, 14/02/1937. (Livro de Recortes de Jornais, Ano de 1937, da Seção de Obras Raras da Biblioteca Mário de Andrade).

"Em cada parque existe uma biblioteca com cerca de 300 volumes, onde os bibliotecários são sempre crianças eleitas pelos companheiros (...). Cada parque possui também um jornalzinho, dirigido, redigido e ilustrado exclusivamente pelas crianças, e onde são publicados composições, contos, versos, cartas enigmáticas e desenhos (...)." (8)

Benedito Junqueira Duarte, fotógrafo do Departamento de Cultura, registrou em 288 fotografias a vida das crianças nos parques que funcionaram em São Paulo entre os anos de 1935 e 1938. Essas fotos documentam em detalhes a paisagem dos parques, as instalações e os vários tipos de atividades nas quais as crianças se envolviam. As imagens de Benedito Duarte e suas respectivas legendas fixaram, por exemplo, momentos em que as crianças faziam exercícios físicos: "Fila indígena; Preparativos para a ginástica; Ginástica com bastões; Corrida; Ginástica em roda; Rumo ao sol e Banho de Sol".

Jogos e brincadeiras aparecem nas fotografias intituladas: "Aparelhos; Carrossel; Joguinho — apanhar o lenço; Joguinho — corrida com batatas; Joguinho — apanhar o lenço; Joguinho — o pulo do canguru; Voley-ball; Balanço; Passo de gigante; Escorregadouro; Jogo de construção; Gangorra; Pingue-pongue; Tanque de areia; Jogos tranquilos; Jogo de damas e Jogo de dominó".

Atividades culturais, artísticas e artesanais estão em fotos como: "Teatrinho; Desenho; Marcenaria; Jardinagem; Modelagem; Trabalhos manuais (bordados, tapeçaria); Exposição do trabalho das crianças; Valsa; Dança indígena; Recorte de gravuras; Bailado da Nau Catarineta; Leitura; Biblioteca; Prateleira de livros; Reunião da diretoria do clube; Eleição - votação e Eleição — votantes." (9)

Em julho de 1937, as crianças do Parque Infantil Pedro II apresentaram o bailado da *Marujada* durante as programações de encerramento do *Congresso da Língua Nacional Cantada* idealizado por Mário de Andrade e promovido pelo Departamento de Cultura. O congresso reuniu especialistas em música e lingüística para a fixação de normas de pronúncia em "língua nacional" para o canto erudito e o teatro. O congresso foi um dos momentos de maior expressão do esforço de Mário em promover, através do Departamento de Cultura, as bases para a "nacionalização" da arte e da cultura no Brasil. Com este mesmo objetivo, as crianças do Pedro II aprenderam os bailados da *Marujada* e o da *Nau Catarineta*, fotografados por Benedito Duarte, para que as danças folclóricas brasileiras pudessem ser preservadas em nossa tradição cultural. Ainda com o mesmo objetivo, as crianças serviram de informantes para que fossem registradas cantigas, brincadeiras e danças tradicionais que aprendiam em casa com seus pais e avós.

8 Idem.

9 A coleção de fotografias de Benedito Duarte encontra-se no Setor de Iconografia do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Mário de Andrade guardou com ele centenas de desenhos feitos pelas crianças dos parques infantis por ocasião dos concursos promovidos pela Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura. No verso de cada desenho, encontramos o nome, a idade da criança, a nacionalidade dos pais e o parque que ela freqüentava. O interesse de Mário por esses desenhos se deve talvez ao fato de que o processo criativo infantil constituiu uma de suas preocupações. Ou ainda, o interesse resultou de sua busca constante de elementos que pudessem indicar os caminhos da "nacionalização" da cultura e da arte no Brasil. O registro da nacionalidade dos pais no verso dos desenhos indica a preocupação em desvendar o ambiente cultural da criança. Como portadora de tradições culturais, a criança certamente expressaria na criação dela (no caso, o desenho) os traços particulares dessa tradição. A compreensão deste processo de relação entre arte e cultura seria portanto mais uma referência na busca da afirmação das características "nacionais" da cultura brasileira.

A saída de Mário de Andrade do Departamento de Cultura se deu em função das mudanças políticas ocorridas na Prefeitura de São Paulo depois do golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas. Enquanto Armando de Salles Oliveira, Fábio Prado e Paulo Duarte seguiram para o exílio, Mário deixou a Prefeitura e mudou-se para o Rio de Janeiro. Foi substituído por Francisco Pati, escolhido pelo novo prefeito Prestes Maia. Até o último momento, o diretor garantiu a preservação do Departamento. Numa atitude talvez ingênua demais, escreveu ao Ministro Capanema solicitando — e não obtendo resposta — intervenção dele, ou até do próprio Presidente, junto ao novo Prefeito de São Paulo, para que conseguisse "se não a salvação, pelo menos a garantia de um órgão que tenho a convicção de ser admirável, que é utilíssimo ao Brasil, e em três anos conseguiu larga divulgação e respeito internacional." (10)

Mas muito pouco se preservou do Departamento de Cultura depois da saída de Mário de Andrade. Sem apoio do novo governo municipal, quase todos os projetos iniciados foram interrompidos. Alguns sobreviveram precariamente, como é o caso da Discoteca Pública, mantida com heroísmo por Oneyda Alvarenda ainda por muitos anos. E hoje, quando olhamos para este órgão municipal, vemos com inevitável admiração o pioneirismo dos trabalhos ali iniciados. Mas é também inevitável o incômodo diante de um projeto cultural em tantos aspectos claramente progressista concretizado num ambiente político bastante autoritário e conservador. O Departamento de Cultura, através de um amplo programa educativo, realmente criou mecanismos institucionais de vulgarização da arte e da cultura. No entanto, não podemos esquecer que isto se deu nos anos imediatamente anteriores à implantação da ditadura do Estado Novo em 1937. As discussões apenas se iniciaram. Certamente, ainda há muito o que pensar.

10 — Carta de Mário de Andrade a Gustavo Capanema, São Paulo, 10/5/1938. Citado por SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/São Paulo, Edusp, 1984. p. 368-9.